

ano 18 - n. 27 | janeiro/junho - 2020
Belo Horizonte | p. 1-246 | ISSN 1678-1864
R. do Instituto de Hermenêutica Jur. – RIHJ

**Revista do Instituto de
HERMENÊUTICA JURÍDICA**

RIHJ

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

O uso da teoria kantiana para a solução dos dilemas jurídicos

Vicente de Paulo Barretto, Raphael de Souza Almeida Santos	11
1 Introdução	12
2 Fundamentos teóricos para a compreensão da Teoria da Justiça de Kant	14
3 Onde estará Kant? – Análise empírica das decisões voltadas à resolução dos dilemas jurídicos levados ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	17
4 Discussão dos resultados: possível razão pela qual a Teoria da Justiça de Kant não é adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	22
5 Conclusão	25
Referências	27

A leitura moral de Dworkin: uma possibilidade de interpretação para a Constituição brasileira

Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Paulo Silas Taporosky Filho	29
1 Introdução	29
2 Saber do que se fala quando se fala	31
3 A leitura moral de Dworkin	34
4 A moral individual como fator prejudicial ao direito	43
5 Leitura moral e discricionariedade judicial	46
6 Conclusão	48
Referências	49

A histórica instabilidade constitucional brasileira e o papel da hermenêutica na interpretação razoável dos princípios

Renata Albuquerque Lima, Átila de Alencar Araripe Magalhães, Ana Lara Cândido Becker	53
Introdução	54
1 Os cenários jurídico e político à luz da história constitucional brasileira	55
1.1 A instabilidade governamental refletida em embates políticos e jurídicos no período da Independência até o momento anterior à tomada do poder pelos militares	56
1.2 O processo jurídico-político pós-1964, ainda frágil e instável	57
2 O Estado Democrático de Direito e a atuação da hermenêutica constitucional nos tribunais: interpretações razoáveis para as importantes decisões	59
3 A hermenêutica e a concretização dos direitos fundamentais	63
4 A democracia e a hermenêutica constitucional	65
Conclusão	66
Referências	69

A produção de subjetividades na democracia atual: um diálogo entre Jose Luis Bolzan de Moraes e Antonio Negri

Fernando Hoffmam	73
1 Introdução.....	74
2 O modo de produção capitalista e a constituição do sujeito: entre aprisionamento e alienação	75
3 O poder constituinte da multidão em direção à resistência	85
4 A constituição do “comum” como sujeito democrático e a democracia como um projeto em aberto	91
5 Considerações finais.....	98
Referências	100

O controle preventivo de constitucionalidade à luz da teoria haberleana aplicada no processo legislativo municipal

Pedro Cesar da Rocha Neto	103
1 Introdução.....	103
2 A nova hermenêutica constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes de Peter Häberle	105
3 O processo legislativo municipal e suas nuances a partir dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza.....	110
4 Controle preventivo de constitucionalidade aplicado ao processo legislativo municipal brasileiro à luz da doutrina de Peter Häberle, a partir das realidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza	113
5 Considerações finais.....	119
Referências	121

A dignidade morreu em Auschwitz: uma inflexão ética dos elementos fundacionais da dignidade da pessoa humana em uma aproximação entre direito e literatura

Diogo Valério Félix, Gustavo Noronha de Ávila	125
1 Introdução.....	126
2 O direito <i>na</i> literatura	128
3 A dignidade humana depois de Auschwitz	131
4 Ética da compaixão: uma inflexão a partir de Arthur Schopenhauer e Fiódor Dostoiévski.....	138
5 Considerações finais.....	149
Referências	151

Análise dos aspectos formais e materiais do argumento da criminalização da homofobia por provisão jurisdicional

Newton de Menezes Albuquerque, Davi Everton Vieira de Almeida	153
1 Introdução.....	153
2 O debate sobre o ativismo jurídico: segurança jurídica X promoção de liberdades..	155
3 Adequação formal	160
3.1 Princípio da legalidade penal.....	162
4 Adequação material	165
5 Considerações finais.....	167
Referências	169

Hermenêutica constitucional no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade das normas de restrição à doação de sangue por homens que fazem sexo com homens	
Arthur Emanuel Leal Abreu, Daury Cesar Fabríz	173
1	Introdução 174
2	Hermenêutica constitucional e o caso <i>Bowers v. Hardwick</i> 174
3	Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.543: o Supremo Tribunal Federal e a restrição à doação de sangue por homens que fazem sexo com homens 178
4	Os direitos fundamentais em jogo: análise a partir dos níveis de generalização ou abstração 183
5	Considerações finais 186
	Referências 188
Entendimento jurídico inclusivo da inteligência artificial: respostas corretas por caminhos alternativos	
Alexandre José Mendes, Alexandre Morais da Rosa	191
	Introdução 192
1	O computador é capaz de pensar ou apenas realizar as mesmas tarefas dos seres pensantes? 194
2	Distinguindo inteligibilidade de sentido 197
3	Inteligibilidade: as contribuições da Inteligência Artificial (IA) 202
3.1	Cleverbot, teste de Turing e textos gerados pelos computadores 203
4	O humano e a máquina diante do texto jurídico: definindo inteligir, inteligência, inteligibilidade e inteligível para textos 205
4.1	Definições de inteligibilidade para textos 207
4.2	Compreender e compreensão para textos escritos 209
4.3	Entender e entendimento 212
	Conclusão 214
	Referências 217
Artificial intelligence, the judge and the Judiciary Branch	
Mateus de Oliveira Fornasier	221
	Introduction 221
1	The application of AI tools in the Judiciary: aid or judgment? Efficiency or fairness? 223
2	The use of AI in Brazilian Judiciary Branch 233
2.1	Projects of automatization of lawsuit management in the Brazilian Judiciary Branch 235
	Final considerations 239
	References 241
Instruções para os autores 245	